

Dados do IBGE não refletem o cenário de alfabetização

» ERNESTO MARTINS FARIA

Diretor-fundador do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)

» LECTICIA MAGGI

Diretora de Projetos no Iede



O IBGE lançou, neste mês, os dados de analfabetismo adulto do Censo Demográfico 2022, que indicam que 7% da população brasileira com 15 anos ou mais não sabe ler e escrever um bilhete simples, o que representa um montante de 11,4 milhões de pessoas. Com razão, esses números tiveram grande repercussão e diversas reportagens cobraram posicionamentos dos secretários de Educação das localidades com os maiores índices. Nesse sentido, é preciso um passo atrás e entender (ou lembrar) que os dados de analfabetismo adulto do IBGE não refletem o cenário de alfabetização do país nem os esforços atuais dos Estados nessa área.

Os índices recém-lançados mostram o resultado de um processo histórico e do acúmulo de vulnerabilidades ao longo do tempo em determinadas regiões. São importantes, sim. Mas, para a discussão de alfabetização especificamente, há outros dados mais apropriados a serem observados.

O Nordeste, por exemplo, tem o pior índice de analfabetismo dentre as regiões do país: 14,2%, o dobro da média nacional. No ranking por estado, o Ceará aparece no top 5 de piores taxas, com 14,1%. Porém, são conhecidos os avanços do estado na educação,

com destaque para as políticas de alfabetização das crianças. Em 2021, segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Ceará registrou 45% dos estudantes da rede pública com aprendizado adequado em leitura — percentual, obviamente, aquém do necessário, mas que está acima da média nacional (36%). E, vale dizer, o índice do Ceará sofreu uma queda muito expressiva na pandemia: em 2019, 75% dos alunos do 2º ano da rede pública tinham aprendizado adequado em leitura, ante 55% da média brasileira.

Este não é um texto para enaltecer esse ou aquele estado, mas, sim, para nos lembrar de separar o joio do trigo ao analisar os dados. O Rio de Janeiro é outro bom exemplo: tem uma das menores taxas de analfabetismo adulto (3,3%) do país, mas enormes desafios educacionais. Em 2021, somente 27% dos estudantes do 2º ano da rede pública tinham aprendizado adequado em leitura. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede pública do estado nos anos iniciais do ensino fundamental foi de 5,3, em 2021, ficando bem abaixo da meta (6,2).

Os dados de analfabetismo indicam a ausência de direitos mínimos a uma população e refletem a fragilidade de políticas públicas para muito além do campo educacional. Ser

analfabeto(a) deveria ser exceção. Infelizmente, os números reforçam que não é: ter 1,5% de jovens de 15 a 19 anos analfabetos é um índice alto e vergonhoso. É preciso entender onde estão concentrados esses jovens e quais as razões de nunca terem frequentado a escola ou a abandonado precocemente. Ou ainda nunca terem aprendido enquanto estiveram vinculados ao sistema de ensino. A partir disso, criar políticas específicas e direcionadas a esse e outros grupos vulneráveis.

Esse é um diagnóstico e uma discussão. A outra, mais ampla, é o que o país tem feito e pretende fazer para garantir a alfabetização de todas as crianças na idade adequada, independentemente de sua cor/raça e origem social. Lembramos que, na rede pública, 64% dos estudantes não têm aprendizado adequado em leitura no 2º ano.

Acompanhar de perto as ações e resultados do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, lançado pelo governo federal em 2023, é um dos caminhos. Outro é apoiar os municípios com os maiores índices de analfabetismo adulto e de pessoas com baixa escolaridade para que tenham escolas públicas de excelência, uma vez que, nesses locais, as crianças dependem mais do sistema educacional para serem alfabetizadas.

Uma árvore a menos, uma doença a mais

» LUIZ FELIPE DE CAMPOS-LOBATO

Cirurgião coloproctologista, professor adjunto de cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília

As contínuas agressões ao meio ambiente tornaram-se manchetes frequentes. Relatos sobre o desmatamento de diversos biomas, como o Cerrado, aparecem a todo tempo nos meios de comunicação. Contudo, as reações e os protestos nas metrópoles do país parecem não refletir a magnitude desse problema. Muitos podem sentir que o problema “ocorre longe de mim” ou que suas repercussões serão sentidas apenas por futuras gerações. Há ainda quem defenda a degradação ambiental em nome do desenvolvimento econômico. Minorias, é verdade, mas há.

Essa perspectiva é curta e potencialmente perigosa. As consequências ambientais já afetam todos, independentemente de onde vivemos, e estão comprometendo nosso bem mais valioso: a saúde. Um estudo publicado no periódico norte-americano *Inflammatory Bowel Diseases*, em 2022, conduzido pelo nosso grupo, mostrou que, no Brasil, áreas de intenso desmatamento têm mais casos de doenças inflamatórias intestinais (DIIs). Isso pode estar ligado à perda de biodiversidade, afetando a diversidade da microbiota intestinal, um fator-chave nas DIIs. Diversos estudos têm demonstrado a estreita relação entre o desmatamento e a emergência de várias doenças em seres humanos.

Fernanda Ribeiro, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), destaca que o desmatamento crescente do Cerrado e da Mata Atlântica cria condições propícias para a propagação do carrapato-estrela, transmissor da febre maculosa. Essa doença tem uma alarmante taxa de letalidade: de 80%.

Em 2015, o Brasil assistiu, em estado de choque, ao rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, na região de

Mariana (MG). Um desastre ecológico sem precedentes. Na ocasião, houve a morte de incontáveis peixes e anfíbios, principais predadores de mosquitos — entre eles, os transmissores da febre amarela. Cerca de dois anos depois, a conta chegou, e Minas Gerais viveu um grande surto da doença.

O infectologista Gilberto Nogueira, do Hospital DF Star, afirma que é clara a associação entre o desmatamento e o avanço de doenças, como malária, leishmaniose, dengue, zika e chikungunya. “A relação que se faz é que os mamíferos silvestres dessas regiões migram ou morrem, deixando os mosquitos sem suas fontes alimentares naturais”, informa o especialista.

O desmatamento não poupa nem mesmo nossas crianças. Em 2016, um estudo da Universidade de Brasília, em associação com o UniCeub e publicado na *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, revelou que o número de atendimentos pediátricos por problemas respiratórios aumentou significativamente em municípios, como Alta Floresta e Peixoto de Azevedo, situados no norte do Mato Grosso, região que sofre com as queimadas devastadoras da Floresta Amazônica.

Atualmente, o Brasil enfrenta devastadoras enchentes no Rio Grande do Sul, uma tragédia intimamente relacionada às contínuas agressões ao meio ambiente. Infelizmente, o sofrimento do povo gaúcho tende a se agravar pela disseminação de algumas doenças, como a leptospirose, que é transmitida pela urina de ratos infectados. As enchentes facilitam a disseminação da leptospirose pela água contaminada, aumentando o risco de infecção entre a população.

Em resposta a essa ameaça, a Secretaria Estadual da Saúde do estado emitiu recomendações para a quimioprofilaxia, com

avaliação médica, contra a leptospirose para indivíduos expostos à água da enchente por períodos prolongados, incluindo socorristas e voluntários. Além disso, a chegada do inverno e a aglomeração nas áreas de acolhimento destinadas às pessoas desabrigadas devem resultar em um aumento nas taxas de infecções respiratórias, representando mais um desafio para a saúde pública.

Se quisermos um Brasil sustentável e saudável, a mudança precisa começar agora. O fortalecimento e a aplicação rigorosa de nossas leis ambientais são passos iniciais vitais. A economia e a ecologia podem andar de mãos dadas, e isso se torna possível ao investirmos em práticas agrícolas sustentáveis e tecnologias verdes. A conscientização pública sobre os riscos à saúde oriundos da degradação ambiental é uma obrigação e, para isso, campanhas informativas devem ser priorizadas. E, nesse cenário global, formar alianças internacionais é estratégico, pois unindo forças, podemos construir um Brasil que avance economicamente sem sacrificar seu patrimônio ecológico.

Face ao quadro desenhado, reforço que é imperativo que a sociedade brasileira e nossos gestores públicos encarem o desmatamento não apenas como um ataque à natureza, mas como uma afronta direta à saúde e ao bem-estar da população. Essa é uma crise que vai além das fronteiras das florestas e penetra os corações de nossas cidades e nossos lares. Portanto, ao discutirmos políticas de preservação ambiental, não estamos meramente debatendo a proteção da biodiversidade, mas defendendo o direito fundamental de cada cidadão à saúde e à qualidade de vida. Ignorar essa realidade é negligenciar o futuro do Brasil e comprometer nossa posição no cenário global como líderes responsáveis e conscientes.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Os ponteiros do relógio

Não chega a ser exagero afirmar que o tempo, com todos os seus significados possíveis, corre acelerado contra o Brasil e contra o mundo. A razão é que os países, em sua grande maioria e de modo consensual, ainda não acertaram os ponteiros que marcam a hora e a data-limite na qual os fatores de poluição, provocados pela deletéria ação humana, terão que cessar de forma conjunta, ordeira e definitiva. Ou é isso de imediato, ou será o caminho sem volta que custará a sobrevivência da própria espécie humana e de outros seres vivos conforme conhecemos hoje.

A fase de negar a existência do aquecimento global, culpar a ação dos conspiradores ou suas correlações com a ação humana já deve, a esta altura dos acontecimentos, ter sido superada. As mudanças climáticas bruscas que aí estão e suas consequências danosas para todos demonstram, de forma severa, que, se não forem tomadas medidas urgentes para deter o aumento do aquecimento global, as condições climáticas nesse pequeno e delicado planeta serão muito adversas, e até hostis, para o prolongamento da civilização humana sobre a Terra.

Sem dúvida alguma, esse parece ser o maior desafio de todos os tempos já apresentado para a nossa espécie, colocando agora quase 8 bilhões de almas diante do que parece ser a encruzilhada mais desafiadora e fatal de nossa existência. O pior é que, dada as condições aceleradas com que os fenômenos climáticos adversos vão se sucedendo, não há mais tempo para hesitações.

Muitos países, principalmente aqueles que primeiro experimentaram as bonanças da revolução industrial, tornando-se prósperos e poderosos, foram também aqueles que primeiro chamaram a atenção para as questões das mudanças climáticas e para a necessidade de mudanças de rumos. Os países que chegaram atrasados ao processo de industrialização — e que, na sua grande maioria, compõe hoje a categoria de nações em desenvolvimento — obviamente não aceitam essas mudanças de rumo nas indústrias, acusando os países do Norte de terem provocado esse aquecimento global. Por isso, exigem contrapartidas que os países ricos ainda não estão plenamente dispostos a aceitar.

Para as nações situadas ao sul do Equador e que, de modo até irônico, sofrem os mais severos efeitos do aquecimento global, esses novos modelos de economia irão não somente aumentar os índices de pobreza, como poderão resultar em grandes ondas migratórias, complicando um problema que, em si, já é demasiado complexo e terminal.

O Brasil surge, nesse novo cenário, de forma ambígua, como é de sua característica. Lá fora, o nosso país é visto como uma esperança de que as mudanças de rumo, com produção e preservação do meio ambiente, são possíveis. Aqui dentro, todos sabemos que o respeito ao meio ambiente não é seguido à risca nem consta de agenda alguma que trate o assunto com a seriedade e a emergência devidas. Curioso destacar que os mesmos países ricos que clamam por um novo modelo de economia que não destrua o meio ambiente são os mesmos que continuam a explorar, de modo selvagem e predatório, os recursos naturais dos países em desenvolvimento.

Nosso país, a cada mudança de governo, ruma para um lado, ao mesmo tempo em que parece não estar do lado de ninguém. De maneira anacrônica, o atual governo não se avexa em prospectar mais jazidas de petróleo, o grande vilão destes tempos tumultuados. Agora mesmo e na proximidade da realização da Conferência das Partes sobre as Mudanças do Clima (COP), o nosso governo tem feito todos os esforços para abrir poços de extração de óleo na bacia da foz do Amazônia, que, segundo estimativas, tem 14 bilhões de barris do ouro negro.

Os ambientalistas sabem que essa exploração trará um desastre incomensurável para todo o ecossistema da região. Conhecendo a natureza pragmática e ambidestra de nossos governantes, é só uma questão de tempo para que as plataformas petrolíferas fiquem de pé definitivamente na Amazônia, contra tudo e contra todos. Sobretudo contra o bom senso e o tempo que, como dizia o filósofo de Mondubim, não espera por ninguém.

» A frase que foi pronunciada

“No Brasil, continuamos totalmente engajados em nossos esforços para reduzir o desmatamento e as emissões causadas pelas mudanças no uso da terra. O Brasil está pronto para colaborar ativamente na construção de respostas inclusivas e equitativas para esse desafio coletivo e incentiva outros a se unirem.”

Ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira

Do cidadão para o avô

» Brasília tem dessas coisas. Depois de estudar linguagem formal e informal, a professora pediu aos alunos que fizessem uma carta ao administrador do Lago Norte. Emmanuel entregou uma carta supercarinhosa. Ao ser questionado pela professora, respondeu cheio de orgulho: “Meu avô foi administrador do Lago Norte. Escrevi para ele, professora”.

» História de Brasília

O bloco I do IAPETC é a garagem permanente de um chapa branca do Senado. (Publicada em 8/4/1962)